

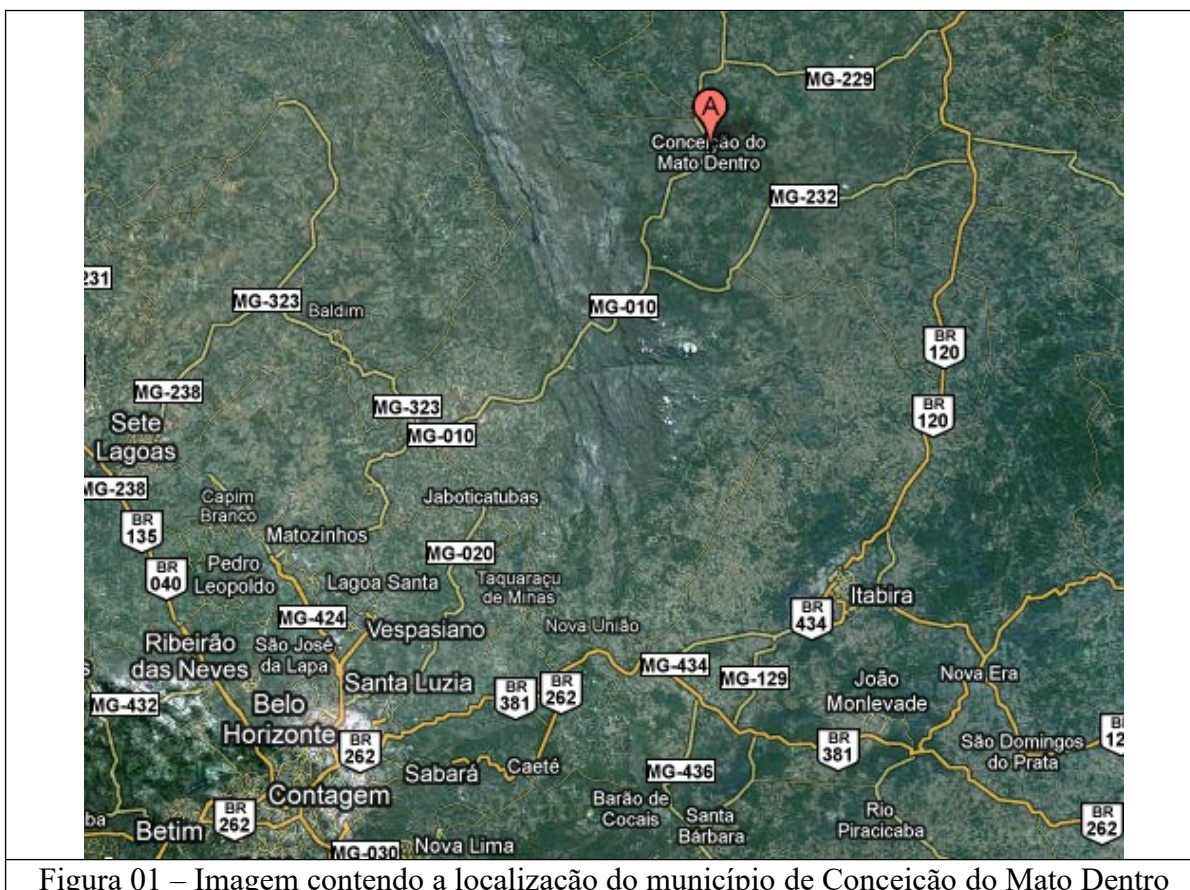
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO n° 24/2010

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento ao requerimento da Promotoria de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro, foi realizada vistoria em vários imóveis históricos daquela cidade nos dias 25 e 26 de maio de 2010, pelas analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães.

Este laudo técnico tem como objetivo analisar estado de conservação e indicar medidas necessárias para a preservação do imóvel localizado à Rua Juvêncio Policarpo, número 142, centro, município de Conceição do Mato Dentro, para instruir procedimento investigatório instaurado pela Promotoria de Justiça solicitante.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

(indicado por elemento na cor vermelho). Fonte: *GoogleMaps*. Acesso em: maio de 2010.

2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção no bem cultural com registro fotográfico, leitura do livro “Construção da Agenda 21 local – Conceição do Mato Dentro/MG. Outubro de 2007” e o Plano de Inventário dos bens culturais do Município de Conceição do Mato Dentro. Entrevistas com: Proprietário do referido imóvel, Sr. Lúcio Guerra Júnior e Secretária de Cultura, Sra. Graziela Armelão Jacome. Pesquisas: Biblioteca Pública de Belo Horizonte e IEPHA.

3 - BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO¹

No início do século XVIII um grupo de bandeirantes liderados pelo Coronel Antônio Soares Ferreira, partindo de Sabará, atingiu a região conhecida como Ivituruí ou Serro Frio e encontraram ouro na região. Os sertanistas Gaspar Soares, Manoel Corrêa de Paiva e Gabriel Ponce de Leon resolveram, no entanto, prosseguir a conquista de outras áreas na região, como, por exemplo, fundaram o arraial de Nossa Senhora da Aparecida dos Córregos – hoje, distrito de Córregos, pertencente a Conceição do Mato Dentro.

O sertanista Gabriel Ponce de Leon, ao se deparar com a riqueza da região, ergueu uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Foi no entorno do primitivo templo que o arraial começou a desenvolver-se, iniciando o processo de povoamento em função da descoberta de ouro nas margens do Ribeirão Santo Antônio e seus afluentes.

A formação urbana de Conceição do Mato Dentro, como a da maioria dos mais antigos núcleos coloniais de Minas, decorreu diretamente dos moldes de ocupação do solo determinados pela atividade de extração do ouro. As explorações tiveram início ao oeste da atual malha urbana, no córrego do Cuiabá; ao sul, no córrego do Vintém; e ao norte, no córrego da Conceição. Os agrupamentos pioneiros, constituídos de simples choças de madeira e capim, surgiram em pontos estratégicos, próximos às principais lavras, localizados junto aos pequenos córregos que banham a cidade.

A riqueza mineral da região é comprovada pelo significativo número de igrejas e capelas edificadas nos diversos arraiais ao redor de Conceição do Mato Dentro. Estas edificações religiosas, no estilo barroco, são todas ornamentadas, principalmente com pinturas de naves, tetos e altares.

O largo da primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1702, foi o ponto central para a construção de casas em seu entorno e, mais tarde, foi substituída pela atual Igreja Matriz. Em 1752 a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição tornou-se paróquia autônoma, sendo que a igreja esteve como parte do município de Serro até 1840.

¹ O histórico foi embasado na bibliografia especificada na metodologia.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 02 – Desenho das edificações localizadas à rua Direita (atualmente rua Daniel de Carvalho).
 Fonte: Dossiê de tombamento da edificação que abriga, atualmente, o prédio da Prefeitura.



Figura 03 – Descida da rua Santana, em 1909. Fonte: Viagem através dos tempos e contratempos da história de Conceição do Mato Dentro, 1994.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Conceição pertencia à antiga Vila do Príncipe (atual Serro) e inúmeras foram as tentativas de emancipação, somente ocorrendo tal fato em 1851 pela Lei n.º 553, com a denominação de Conceição do Serro. Em 1925 teve seu nome alterado para Conceição e somente recebeu o nome atual em 1943. A denominação de Conceição do Mato Dentro se deve à devoção dos Bandeirantes para com a Virgem Imaculada mais a associação ao vocábulo indígena “caeté” que significa “mato dentro”.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

4.1 – Histórico do bem cultural

O imóvel em estilo colonial é uma das edificações mais antigas de Conceição do Mato Dentro. Não se tem conhecimento da autoria do seu projeto de arquitetura ou responsável pela construção. O seu estilo colonial revela tipologia do início do século XIX.

A edificação está localizada em setor de ocupação antiga da cidade, na entrada, vindo de Belo Horizonte. Além da edificação se situar na Praça da Saudade, ela ainda se destaca por estar em uma esquina situada na entrada principal da cidade.

A edificação de dois pavimentos já foi utilizada com fins residenciais e comerciais (pensão, bar, pizzaria) e teve vários proprietários e ocupantes ao longo dos anos. Funcionou como pensão nas décadas de 1930 e 1990. Nas décadas de 1940 e 1950 teve como dono o Sr. Sebastião Ferreira da Silva. Na década de 1980, na casa funcionou uma pizzaria de propriedade do Sr. Levi, respeitável cidadão vindo de São Paulo a residir uma temporada na cidade. Posteriormente, passou a ser propriedade de herdeiros do Sr. Xisto Guerra, fazendeiro famoso na comunidade pela prole numerosa e pelas extensas propriedades rurais onde criava búfalos. Hoje pertence a seu neto, Lúcio Guerra Júnior, veterinário e comerciante

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 04 – Fachadas do imóvel.

4.2 – Descrição arquitetônica

O imóvel encontra-se localizado na Rua Professor Juvêncio Policarpo nº 142, em lote de esquina, tendo uma das fachadas voltadas para a Praça da Saudade e a outra para a citada via. Está em local de destaque, logo na entrada da cidade de Conceição do Mato Dentro e destaca-se na paisagem por sua volumetria, pois seu entorno é formado basicamente por edificações térreas.

A edificação foi tombada através da Lei Municipal nº 1611/2000. A Lei municipal nº 1707/2002 concede isenção de IPTU aos imóveis em bom estado de conservação, porém este imóvel não foi contemplado por este benefício por se encontrar, desde 2002, em mau estado de conservação, sendo concedida apenas a isenção de 30 % daquele imposto. Em 2004 o proprietário foi notificado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural sobre a situação do imóvel e sobre a necessidade de intervenções para evitar sua deterioração.

O imóvel pertence ao Sr Lúcio Guerra Júnior. Este informou que em 2001 fez intervenção no telhado, mantendo os elementos originais. Estava sendo elaborado projeto para o referido imóvel, pela arquiteta Olívia Magalhães Guerra, irmã do proprietário, propondo uso comercial no primeiro pavimento e adaptação do segundo pavimento para funcionamento de pousada, entretanto não tivemos acesso ao mesmo.

Consta nos autos que o Prefeito Municipal à época, em abril de 2005, José Fernando Aparecido de Oliveira, se comprometeu em elaborar e aprovar o projeto de restauração deste imóvel, não havendo informação sobre a sua efetivação.

Trata-se de sobrado do início do século XIX, de partido retangular e dois pavimentos. O sistema construtivo utilizado é estrutura autônoma de madeira e vedações em pau a pique, tendo ocorrido intervenção contemporânea incluindo vedação em tijolos maciços em alguns trechos. O segundo pavimento da edificação era utilizado para fins

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

residenciais e possui janelas de peitoril². O pavimento térreo, que era utilizado como estabelecimento comercial, possui portas que acompanham o alinhamento das esquadrias do pavimento superior, apresentando apenas uma janela que quebra o ritmo existente na fachada.

As esquadrias de vergas retas e enquadramento em madeira possuem caixilhos no sistema calha justaposta de madeira maciça.

A cobertura se desenvolve em quatro águas e possui engradamento de madeira e vedação original de telhas tipo capa e bica. O beiral possui cachorrada aparente e acabamento com guarda-pó de madeira.

Internamente, possui vários ambientes sendo que no segundo pavimento os pisos são em tabuado de madeira e os forros de esteira de taquara. No pavimento térreo o forro possui o mesmo acabamento do pavimento superior e em alguns trechos é formado pelos barrotes e piso de madeira do pavimento superior.

Atualmente encontra-se sem uso e serve de depósito de objetos do proprietário.

Nos fundos do imóvel há uma construção que abriga uma oficina mecânica instalada na Área de Preservação Permanente do córrego que passa nas imediações.

Encontra-se em mau estado de conservação, necessitando urgentes intervenções. Entretanto, apesar do estado de abandono, conserva grande parte dos seus elementos originais:

- Grande parte do reboco se desfez, deixando as alvenarias de pau a pique a vista, o que contribuiu para o apodrecimento da madeira integrante do sistema construtivo e desfazimento de parte do barro socado entre a trama de madeira.
- A madeira estrutural apresenta partes em bom estado de conservação, passíveis de reaproveitamento, entretanto há trechos com apodrecimento, presença de insetos xilófagos e / ou desgastados pela presença de umidade, patologias estas localizadas principalmente nos pés de esteios.
- A cobertura encontra-se em regular estado de conservação, preserva as telhas originais tipo capa e bica, sendo que muitas delas se encontram íntegras, apenas com bastante limo, sujidades. Apresenta algumas telhas quebradas ou “escorridas”. O engradamento de madeira também apresenta patologias, como umidade, apodrecimento e ataque de insetos, entretanto apresenta algumas peças originais em bom estado de conservação, podendo ser reaproveitadas.
- Os forros de esteira de taquara apresentam-se em mau estado de conservação, apresentando alguns trechos soltos, danificados pela umidade e cupins.
- Os barrotes do piso se encontram em bom estado de conservação, apenas com manchas de umidade e trechos com ataque de insetos xilófagos. O

² O vão aberto, no plano da parede, leva peitoril cheio.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

assoalho de madeira encontra-se em regular estado de conservação, estando solto em alguns trechos e danificado em outros pelos cupins.

- Todas as esquadrias estão presentes na edificação, o que facilita a recuperação. Entretanto, apresentam-se desgastadas, com elementos faltantes, trechos apodrecidos devido à umidade, descolamento da pintura, vidros quebrados e ferragens enferrujadas.
- Há fiação aparente, junto à umidade e às estruturas de madeira, o que expõe o imóvel a riscos de incêndios. Não há equipamentos de prevenção e combate a incêndio e pânico em nenhum dos pavimentos da edificação.

O que há de mais preocupante no imóvel é o seu sistema estrutural. Há diversas trincas na edificação, deslocamento de alvenarias nas junções, o que denuncia movimentação da estrutura. É visível que o imóvel encontra-se inclinado no sentido da rua Juvêncio Policarpo. Há indícios que a edificação continua se movimentando neste sentido pois recentemente³ houve colapso de parte do piso do segundo pavimento, cujos barrotes se destacaram da madre sobre a qual estavam apoiados.



Figuras 05, 06 e 07 – Vista do imóvel com trechos com desprendimento de reboco.

³ Na data da vistoria, ao entrarmos no imóvel, foi verificado que parte do piso do pavimento superior havia ruído. Segundo o proprietário, em visita ao imóvel na semana anterior à nossa vistoria, este fato ainda não havia ocorrido.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 08 – Madeira da trama de pau a pique apodrecida.

Figura 09 – Umidade na base da edificação.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 10 e 11 – Tráfego de veículos pesados no entorno do imóvel.



Figura 12 – Trincas e rachaduras na alvenaria externa.



Figura 13 – Pé de esteio deteriorado.

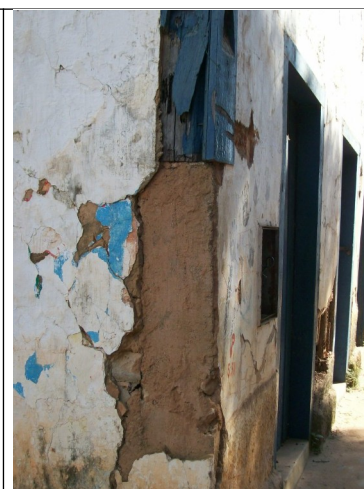


Figura 14 – Pé de esteio substituído por pilarete de concreto.

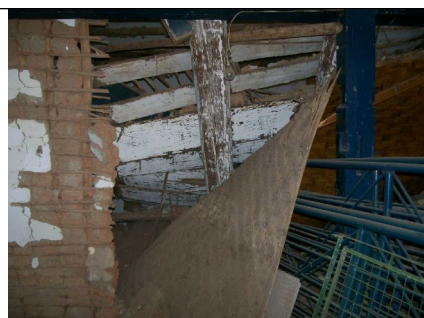


Figura 15 e 16 – Trecho interno onde o piso do segundo pavimento cedeu.



Figura 17 – Vista do segundo pavimento.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 18, 19 e 20 – Trincas nas alvenarias do segundo pavimento.

5- CONCLUSÕES

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

A edificação em questão possui valor cultural⁴, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência.

Acumula valores formais (estético, arquitetônico), turísticos, afetivos, históricos (de antiguidade), testemunho, raridade e identidade. Constitui-se referencial simbólico para o espaço e memória da cidade com significados histórico e arquitetônico dignos de proteção. O município reconheceu a importância deste imóvel ao inventariá-lo e posteriormente tombá-lo. Além disso, encontra-se em local de destaque, logo na entrada principal da cidade de Conceição do Mato Dentro.

Apesar de toda sua importância, o imóvel encontra-se em precário estado de conservação. Acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu com a deterioração do imóvel, entre eles a fragilidade dos materiais construtivos que ficaram expostos às intempéries, a antiguidade da edificação, a falta de uso. Além disso, houve omissão dos proprietários (antigos e atual), que deixaram de praticar ações de conservação⁵ preventiva e

⁴ “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

⁵ Conservação : intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem , com intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

manutenção⁶ permanente no bem edificado. O poder público municipal, responsável pelo tombamento do imóvel em questão, deixou de zelar pelo patrimônio cultural, ao se omitir no dever de fiscalizar a integridade do bem tombado, de forma que devem responder solidariamente pelo dano ao imóvel, ainda que de forma indireta, pela omissão⁷.

O Casarão mantém suas características estético-formais preservadas, houve intervenções descaracterizantes no decorrer dos anos, mas a fachada, a tipologia e o sistema construtivo original encontram-se preservados. Hoje ele sofre com o processo de degradação, sendo **urgente** sua restauração⁸. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção municipal competente.

Para intervir no objeto deverão ser consideradas recomendações das Cartas Internacionais⁹, que são base sólida no direcionamento de ações de intervenção.

Segundo a Carta de Veneza¹⁰

“A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”.

Deve-se buscar a autenticidade, em obediência à Carta de Restauro de 1972¹¹

“Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. Este

⁶ Manutenção : operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação . Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

⁷ O Estatuto da Cidade não deixa dúvida: proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural não é uma mera faculdade ou opção dos administradores das cidades e executores das políticas urbanas municipais, mas sim um dever indeclinável, uma inafastável imposição de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo.

⁸ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n ° 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁹ As cartas internacionais foram desenvolvidas em épocas diferentes com o objetivo de direcionar ações sobre os bens culturais de todo o mundo.

¹⁰ Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, de maio de 1964, elaborada durante o II Congresso Internacioanl de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos – ICOMOS – Conselho Internacional de monumentos e sítios históricos.

¹¹ Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália – Circular nº 117 de 06 de abril de 1972.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

princípio deve sempre guiar e condicionar a escolha das operações. No caso de paredes em desaprumo, por exemplo, mesmo quando sugiram a necessidade peremptória de demolição e reconstrução, há que se examinar primeiro a possibilidade de corrigi-los sem substituir a construção original”.

Portanto, é necessária a manutenção e recuperação dos materiais originais em bom estado de conservação, sendo permitidas substituições somente onde não for possível a recuperação do elemento autêntico. Poderão ser introduzidos elementos novos, quando necessário, sem com isso descaracterizar o texto autêntico da obra, evitando contrastes que coloquem em risco a leitura do conjunto original. Por se tratar de um ato crítico, datado no tempo e passível de questionamento e de novas contribuições à luz de novas descobertas prospectivas e tecnológicas, as ações deverão restringir-se ao justo e necessário para que se proceda a uma perfeita adequação do novo ao antigo. Além do diálogo a ser estabelecido, as intervenções devem permanecer identificáveis, obedecendo assim ao conceito de reversibilidade do ato crítico¹².

Deverá ser utilizada a Teoria Crítico Criativa¹³, onde intervenções propostas para a edificação devem buscar o reestabelecimento da unidade potencial da obra¹⁴, respeitando as recomendações existentes na Carta de Burra¹⁵:

“As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado.”

Também na Carta de Burra é recomendado:

“A reconstrução deve-se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem. A reconstrução deve-se limitar à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas por perto. A Restauração não deve deixar o objeto ou a obra ficar como novo. Ela buscará recuperar a

¹² Texto extraído de PEREIRA, Patrícia. Recuperação e Adequação do Pavilhão da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui, MG, 2001

¹³ Fundada em torno de 1960 por Roberto Pane e Renato Bonelli e totalmente inspirada na Teoria de Cesare Brandi.

¹⁴ Conservação dos aspectos e valores que a caracterizam e são importantes para a construção, e a eliminação daqueles elementos que escondem algum valor essencial, mantendo as diversas fases da evolução da arquitetura.

¹⁵ Carta patrimonial elaborada na Austrália em 1980



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

unidade da obra, ainda latente em seus fragmentos (nas partes que se encontram conservadas), utilizando-se diversas técnicas, mas sem falsificação. Determinados elementos poderão ser consolidados, reforçados, complementados ou substituídos, reintegrados, de maneira que a imagem (o espaço) possa se mostrar inteira”. (grifo nosso).

É possível a recuperação do imóvel, uma vez que apesar do seu estado de conservação, grande parte dos elementos de madeira (estrutura, cobertura, pisos e barrotes) são passíveis de aproveitamento e há presença de grande parte dos seus materiais originais.

As esquadrias, apesar de deterioradas, permanecem no imóvel, o que facilita a restauração das mesmas. Parte das telhas da cobertura pode ser reaproveitada. Apesar do mau estado de conservação das alvenarias, é possível a recuperação parcial, mantendo o sistema construtivo original, utilizando como matéria prima o barro existente na região.

Como medidas emergenciais, sugere-se:

- A capina da área no entorno e a limpeza interna do imóvel.
- Deverá haver o desligamento da energia para evitar curtos circuitos e incêndios.
- Deverá haver escoramento das paredes do imóvel, principalmente do lado da edificação voltado para a rua Juvêncio Policarpo, buscando utilizar as técnicas para intervenções em edifícios históricos. Há perigo iminente de desabamento e as escoras irão reduzir a movimentação que ocorre na edificação, enquanto se aguarda a execução do reforço estrutural. Onde for possível, o escoramento deverá ser realizado nos dois lados das alvenarias, promovendo uma melhor estabilização. O escoramento deverá ser realizado por técnico especializado (projeto e execução) e deverá ser anotada a respectiva ART (anotação de responsabilidade técnica). Vide anexo 1.
- Revisão do telhado, colocando as telhas corridas em seus locais e substituindo aquelas que se encontram quebradas ou deterioradas.

Além disso, sugere-se:

- Cobertura - Deverá ser feita revisão geral em todo madeiramento e telhas, com substituição de algumas peças de sustentação do madeiramento da cobertura, deterioradas pela ação do tempo, umidade e cupins, utilizando madeiras adequadas para este fim e de grande resistência e durabilidade. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas, evitando que as mesmas “escorram”. Na restauração, as telhas devem ser removidas, limpas e separadas aquelas que se apresentam em bom estado de conservação, podendo ser reaproveitadas. Caso não haja número suficiente de telhas originais para a vedação de toda a cobertura, sugere-se a utilização das telhas antigas como capa e de telhas novas como bica;

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Estrutura –
 - Conhecer e identificar o tipo e a profundidade da fundação e avaliar o estado de conservação dos materiais. Para isto, é necessária a realização de prospecção, para que seja feito um diagnóstico mais preciso das causas do aparecimento de trincas, recalque, movimentação das paredes e descolamento do reboco e possíveis soluções para o problema.
 - Conhecer e identificar os problemas causados pela presença de água na alvenaria e nas fundações. É possível que, devido a falta de um sistema adequado de drenagem de água, tenha ocorrido carregamento de material na base da edificação, gerando os problemas apresentados.
 - Verificar se há infestação de insetos (formigas, cupins, etc) na edificação e no terreno, o que pode provocar grandes vazios no terreno e conseqüentemente a desestabilização da edificação. Caso seja verificado, é necessário promover a desinfecção da área.
 - Além disso, devem ser realizados serviços de estabilização e consolidação da estrutura, para posterior retirada do escoramento, com aproveitamento do material em bom estado de conservação e substituição das peças deterioradas¹⁶.
 - A solução de cada caso exige um diagnóstico cuidadoso a ser realizado por especialista na área de estruturas, que identificará o principal agente causador de patologias e, de acordo com as condições do terreno e da fundação, estabelecerá recomendações técnicas próprias para solução.
 - A solução dos problemas decorrentes do surgimento de trincas, rachaduras e quedas dos revestimentos passa também por um amplo estudo das condições do tráfego no entorno do imóvel, visando restringir o grande fluxo de veículos pesados que circula pelo local.

¹⁶ Sempre que necessário e conforme indicação de projeto, a substituição da madeira da estrutura se dá por peças de mesma qualidade e dimensões. Devem ser secas, livres de nós e imunizadas antecipadamente. *Após a prospecção, verificando-se a deterioração do pé de esteio e tendo-se decidido pela substituição apenas deste e não do esteio inteiro, é necessário proceder ao escoramento da peça lesionada, com substituição da parte condenada, por outra de igual madeira e dimensões, fixando-se uma peça na outra com parafusos. Em trechos da obra onde os pés de esteio não ficam visíveis, sob assoalhos por exemplo, pode-se utilizar pilaretes de concreto ao invés da madeira, fazendo-se a fixação também com parafusos, deixando-se de antemão furos no pilarete de concreto. No caso da utilização de nova peça de madeira, esta deve ser imunizada e assentada sobre lastro de concreto. Depois de aprumada, alinhada e fixada, os vazios ao redor são enchidos com concreto.* Fonte : Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Cadernos de encargos. Brasília : Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Salientamos que este é um elemento importante no aceleração das lesões já existentes num imóvel, mas não é, no entanto, por si só, a única causa de aparecimento das lesões.

- Após identificação e solução das causas reais dos problemas apresentados, deve-se proceder ao selamento das fissuras, reintegração de reboco e pintura. Deverá haver recomposição do reboco, utilizando argamassa compatível com o sistema construtivo existente.
- Elaboração de projeto e execução de obra de um sistema de drenagem de água eficiente no entorno da edificação, buscando encaminhar as águas pluviais para longe da construção histórica;
- Recuperação das esquadrias e ferragens. Deverão ser retiradas as portas de enrolar metálicas e as esquadrias faltantes deverão ser executadas, seguindo os modelos pré-existentes, tendo como referência fotos e documentos antigos;
- Imunização de todas as madeiras com ataque de insetos xilófagos;
- As tábuas do piso deverão ser recuperadas;
- Os forros passíveis de aproveitamento devem ser recuperados e nos demais ambientes deve ser utilizado acabamento similar;
- Deverão ser desenvolvidos projetos elétrico, hidráulico e de prevenção e combate a incêndios, principalmente na área comercial do imóvel.
- É fundamental buscar a autenticidade, ou seja, todo o material original que se encontra em bom estado de conservação (pisos, alvenarias, estrutura, telhas, etc) deverá ser reaproveitado. Deve-se procurar manter os mesmos padrões estéticos, manter diálogos entre os cômodos, materiais, ambientes. É possível que o material preservado não cubra a totalidade da edificação, mas pode-se adotar o seguinte critério: utilização do material original nas partes mais nobres e mais visíveis, utilizando material novo em outras áreas, mas sempre indicando que aquele não é o revestimento original.
- É necessário propor uso ao imóvel, compatível com as características do edifício, da vizinhança e dos atuais costumes e anseios da população local, de forma a se garantir sua manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito, a Carta de Atenas¹⁷ prevê:

(...) A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico (...)”.

Entretanto, o uso não pode ser a finalidade da restauração. Ele é a consequência das análises críticas. Muitas vezes o uso proposto deve ser alterado porque o edifício

¹⁷A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

não o comportaria. Em sendo o objetivo da restauração a conservação da obra de arte, o uso deve ser compatível com essa condição.

- Conforme recomenda a Carta de Atenas,
“os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação”.
- Ressalta-se que todas as edificações históricas existentes no centro histórico de Conceição do Mato Dentro devem seguir as recomendações descritas acima, ao realizar obras de restauro ou conservação, devendo o Conselho Municipal de Conceição do Mato Dentro orientar os proprietários e fiscalizar as obras.
- Deverá haver uma fiscalização mais efetiva da Prefeitura Municipal para evitar construções em Área de Preservação Permanente, como ocorreu com a construção da oficina mecânica nos fundos da edificação em questão.

“ A história da arte mostra que a arquitetura sempre foi parte integrante fundamental no processo da criação artística...É através das coisas belas que nos ficaram do passado, que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do tempo que ficou vivo para sempre, esta eterna presença na coisa daquela carga de amor e de saber”
Lucio Costa

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se julgarem necessários. Segue este laudo, em 15 (quinze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2010.

Andréa Lanna Mendes Novais
 Analista do Ministério Público – MAMP 3951



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062
 Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppc@mp.mg.gov.br

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Karol Ramos Medes Guimarães
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785

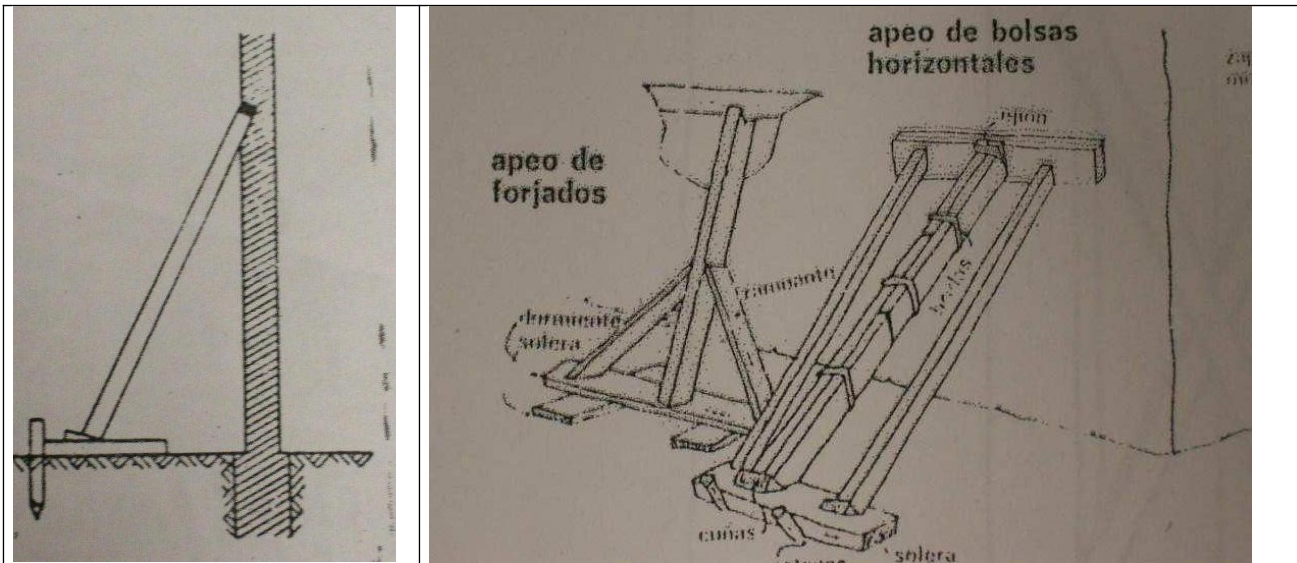
Anexo 1

O escoramento deverá ser feito, buscando utilizar as técnicas para intervenções em edifícios históricos. A principal dificuldade levantada pelo escoramento de um edifício histórico é garantir que a sua instalação não provocará qualquer dano à edificação. O escoramento deve ser projetado por profissional competente, que também deverá acompanhar sua execução.

Para um escoramento adequado é necessário muito cuidado com os apoios e pontos de contato. No piso externo devem ser chumbadas estacas que apoiarão o suporte, necessário para evitar que a madeira da escora escorregue. Não é aconselhável que a outra ponta da escora fique apoiada diretamente na alvenaria. O ideal é que as escoras estejam apoiadas em uma peça de madeira colocada em sentido longitudinal à fachada, buscando distribuir as forças. É importante que o escoramento seja realizado dos dois lados da alvenaria, buscando estabilizar a mesma.

A tensão maior ocorre nas aberturas. Nos vãos existentes é aconselhável fazer um contraventamento ou a vedação com alvenaria usando massa fraca, lembrando sempre de não comprometer os elementos originais remanescentes.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 01 e 02 – Esquema de escoramento.

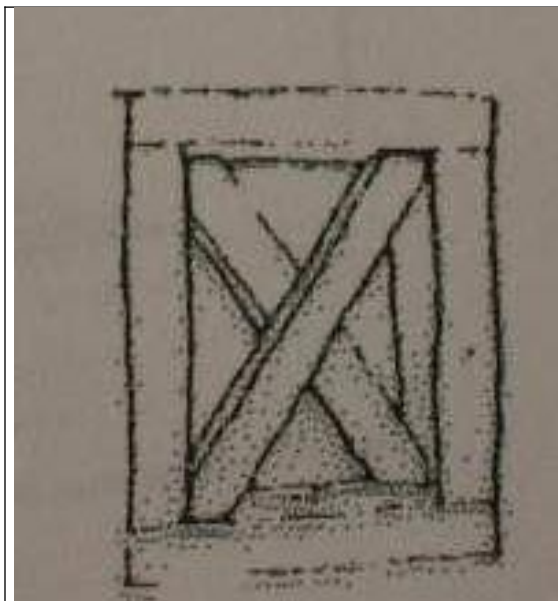


Figura 03 – Esquema de contraventamento.

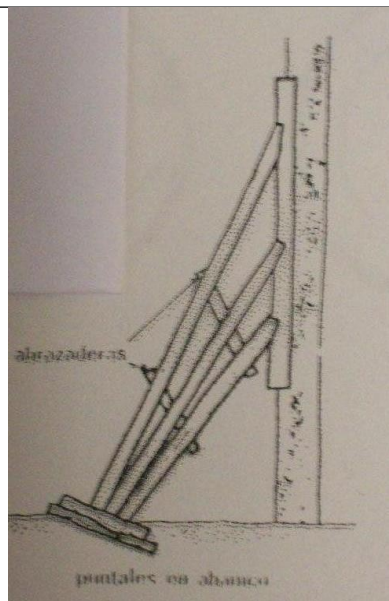


Figura 04 – Esquema de escoramento.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Promotoria Estadual de
Defesa do Patrimônio
Cultural e Turístico
de Minas Gerais

Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppc@mp.mg.gov.br